

NOTA DE PRIVACIDADE

ALUNOS DOS CURSOS NO ÂMBITO DO PROJETO “DIGITAL SUL + ILHAS” OFERECIDOS PELA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

ÂMBITO

Esta Nota de Privacidade é aplicável ao tratamento de dados pessoais de atuais alunos da Universidade Nova de Lisboa (“UNL”) em quaisquer dos cursos oferecidos no âmbito do Projeto “Digital Sul + Ilhas” (“Projeto”), financiado pelo Programa Impulso Mais Digital do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Quando um Aluno da UNL deixe de o ser, ser-lhe-á aplicável a nota de privacidade para Antigos Alunos/*Alumni*.

QUEM SOMOS?

Os dados pessoais serão tratados pela UNL, pessoa coletiva n.º 501 559 094, com sede no *Campus* de Campolide, 1099-085 Lisboa, número de telefone +(351) 213715600.

A UNL é responsável pelo tratamento de dados pessoais que realiza no sentido em que tais expressões são definidas e usadas na legislação de proteção de dados pessoais aplicável.

QUAIS SÃO AS FINALIDADES DOS TRATAMENTOS DE DADOS PESSOAIS?

A UNL trata os dados pessoais dos alunos para a prossecução das seguintes finalidades:

- a) Académicas: gestão de matrículas e inscrições, manutenção e atualização do processo do aluno, concessão de estatutos especiais de frequência, reconhecimento de equivalências, emissão de diplomas e certidões de grau e de demais títulos académicos, gestão de seguros, atribuição de bolsas de mérito, gestão da assiduidade, notas e de outras informações académicas;
- b) Administrativas: utilização de serviços da UNL (como bibliotecas, infraestruturas desportivas, entre outras), análise estatística para apoiar a tomada de decisões de gestão, a melhoria dos processos internos, a alocação de recursos de oferta educativa, a avaliação do impacto das formações, do cumprimento das metas contratadas, do perfil dos alunos beneficiados e da adequação a critérios de igualdade de género, diversidade e oportunidades, bem como, apreciação de reclamações, requerimentos e procedimentos administrativos semelhantes, realização de auditorias, procedimentos de certificação e de acreditação, preenchimento de inquéritos,

submissão de relatórios a entidades financiadoras, comunicações em caso de eventuais emergências;

- c) Atribuição e gestão de bolsas de mérito;
- d) Comunicação institucional sobre a oferta educativa e outras iniciativas no âmbito do Projeto;
- e) Segurança e proteção de pessoas e bens através de câmaras de videovigilância nas instalações da UNL;
- f) Transmissão de dados a outras entidades ou parceiros para cumprimento de obrigações de reporte relacionadas com o Projeto;
- g) Cartão de estudante: acesso a infraestruturas da UNL (exemplo: parque de estacionamento), gestão de empréstimos em bibliotecas, gestão de pagamentos, entre outros.

Qualquer reutilização dos dados pessoais para uma finalidade diferente é apreciada à luz dos critérios definidos no artigo 6.º, n.º 4 do RGPD.

QUAL É A CONDIÇÃO DE LICITUDE DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS?

O tratamento de dados pessoais realizado pela UNL, para efeitos de:

- a) Gestão académica, tem como condição de licitude aplicável a execução do contrato-programa do Projeto;
- b) Gestão administrativa, tem como condição de licitude aplicável a execução do contrato-programa do Projeto e o cumprimento das obrigações legais concernentes;
- c) Atribuição e gestão de bolsas de mérito, tem como condição de licitude aplicável a execução do contrato-programa do Projeto;
- d) Comunicação institucional sobre a oferta educativa e outras iniciativas no âmbito do Projeto, tem como condição de licitude aplicável o interesse legítimo;
- e) Segurança e proteção de pessoas e bens através de câmaras de videovigilância nas instalações da UNL, tem como condição de licitude aplicável o interesse legítimo da universidade;
- f) Transmissão de dados a outras entidades ou parceiros para cumprimento de obrigações de reporte relacionadas com o Projeto tem como condição de licitude aplicável o cumprimento de obrigações legais;

- g) Emissão de cartão de estudante, tem como condição de licitude aplicável o interesse legítimo.

O titular dos dados pode solicitar informações acerca dos critérios aplicados para determinar o interesse legítimo através do endereço de correio eletrónico info@digitalsulmaisilhas.pt.

A QUEM TRANSMITIMOS OS DADOS PESSOAIS?

No decurso da sua atividade, a UNL transmite os seus dados pessoais para subcontratantes, outros responsáveis pelo tratamento e responsáveis conjuntos.

Entre essas entidades encontram-se:

- Organismos da Administração Pública (como, por exemplo, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Direção-Geral do Ensino Superior);
- Instituições parceiras da UNL, com as quais esta haja celebrado contratos ou outros instrumentos de cooperação, designadamente os parceiros no âmbito do consórcio “Digital Sul + Ilhas”: Universidade do Algarve, Universidade de Évora, Universidade da Madeira, Universidade dos Açores e o Instituto Egas Moniz;
- Instituições do setor bancário e seguradoras.
- Plataformas externas para armazenamento de dados, nomeadamente, a Microsoft.

Para efeitos de salvaguarda dos interesses financeiros da União Europeia, os seus dados pessoais serão, ainda, ser transferidos para a «Recuperar Portugal», as entidades que fazem parte do modelo de governação do PRR, a Comissão Europeia, os organismos de auditoria, para o Tribunal de Contas, Tribunal de Contas Europeu e para o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF).

DURANTE QUANTO TEMPO CONSERVAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS?

A UNL estabeleceu os seguintes prazos:

- a) Os dados utilizados para a gestão académica são conservados durante 5 (cinco) anos após o pagamento final por parte da entidade financiadora;
- b) Os dados utilizados para a gestão administrativa são conservados durante 5 (cinco) anos após o pagamento final por parte da entidade financiadora;
- c) Os dados utilizados para a atribuição e gestão de bolsas de mérito são conservados durante 5 (cinco) anos após o pagamento final por parte da entidade financiadora;

- d) Os dados utilizados para comunicação institucional sobre a oferta educativa e outras iniciativas no âmbito do Projeto são conservados enquanto a relação com o titular se mantiver relevante ou até este exercer o seu direito de oposição;
- e) Os dados utilizados para a segurança e proteção de pessoas e bens através de câmaras de videovigilância nas instalações da UNL são conservados durante 30 (trinta) dias;
- f) Os dados utilizados para comunicação com outras entidades, parceiros ou projetos para propósitos administrativos, pedagógicos ou de natureza semelhante são conservados durante 5 (cinco) anos após o pagamento final por parte da entidade financiadora;
- g) Os dados utilizados para a emissão de cartão de estudante são conservados durante 5 (cinco) anos após o pagamento final por parte da entidade financiadora.

QUAIS SÃO OS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS?

O titular dos dados pessoais pode, em qualquer momento, exercer um conjunto de direitos, nos termos e condições previstas na Lei. Entre esses direitos encontra-se o direito de oposição, frequentemente exercido em relação a certo tipo de comunicações, bem como outros direitos como o direito de acesso, o direito ao apagamento, o direito à limitação do tratamento, o direito de retificação e o direito a retirar o consentimento.

Estes direitos podem ser exercidos através dos endereços de correio eletrónico info@digitalsulmaisilhas.pt e/ou dpo@unl.pt; ou através de carta registada remetida, ao cuidado do Encarregado de Proteção de Dados da Universidade NOVA de Lisboa, para o endereço postal Reitoria da UNL, sita no *Campus* de Campolide, 1099-085 Lisboa.

Além disso, o titular dos dados pessoais pode, também, contactar o Encarregado da Proteção de Dados da Universidade NOVA de Lisboa em dpo@unl.pt.

O titular dos dados pessoais, caso não esteja satisfeito com a forma como os seus dados são tratados, tem ainda o direito de apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados em <https://www.cnpd.pt/>.

ALTERAÇÕES À NOTA DE PRIVACIDADE

A presente Nota de Privacidade poderá vir a ser atualizada, pelo que os titulares irão ser informados, num prazo razoável, quando as alterações revelem uma mudança fundamental na natureza do tratamento como, por exemplo, uma alteração das finalidades do tratamento, uma

alteração da identidade do responsável pelo tratamento ou o alargamento das categorias de destinatários.

Versão 1 | Data da última atualização: 18/11/2024 | Responsável: DPO da UNL (dpo@unl.pt)